

Carolina vai às escolas: produzindo currículo antirracista no interior da Bahia

Carolina goes to schools: producing anti-racist curriculum in the interior of Bahia

Carolina va a las escuelas: producción de currículo antirracista en el interior de Bahía

Cleber Lúcio Sousa Santos¹

Núbia Regina Moreira²

Talita Gomes²

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/serieestudos.v29i65.1931>

Resumo: Este artigo objetiva apresentar uma análise de atividades produzidas por um grupo de pesquisa formado por professoras/es pesquisadoras/es, estudantes licenciados e bacharéis, em sua maioria mulheres negras imbuídas/os na des/re/construção dos currículos eurocentrados. Trata-se de ações construídas mediante teares de teorias e práticas curriculares insurgentes e decoloniais, irrigadas pelas epistemologias feministas negras. O campo empírico foi produzido por meio de rodas de conversa em escolas estaduais de ensino médio, situadas em três municípios baianos, que tiveram como disparador o *Projeto Carolina Vai às Escolas*. O Projeto visou a apresentar os dilemas da realidade brasileira perante duas obras de Carolina Maria de Jesus: *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2019) e *Diário de Bitita* (2014). As cartas produzidas pelas/pelos estudantes das turmas que tiveram envolvidas/os no projeto trazem a complexidades dos dilemas postos por Carolina, que, assim como a autora, têm suas vidas atravessadas pelo racismo, machismo e dificuldades financeiras. Com Carolina, elas/eles são afetados com a força vital que a movimentou em direção ao seu sonho de escrever, mensagem que reverberou nos estudantes a possibilidade de imaginar a melhoria das suas vidas por meio da educação.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; currículo; epistemologias feministas negras.

Abstract: This article aims to present an analysis of activities produced by a research group made up of professors/researchers, undergraduate and bachelor's students, mostly black women involved in the de/re/construction of Eurocentric curricula. Those are actions constructed through the creation of theories and insurgent and decolonial curricular practices, maintained by black feminist epistemologies. The empirical field was produced from conversations in state high schools located in three municipalities in Bahia, which were triggered by the *Carolina goes to schools' project*. The

¹ Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista. Bahia, Brasil.

Project aimed to present dilemmas of Brazilian reality based on two works by Carolina Maria de Jesus: *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2019) and *Diário de Bitita* (2014). The letters produced by students from the classes involved in the project reveal the complexities of dilemmas posed by Carolina, who, like the author, has had her life permeated by racism, sexism, and financial difficulties. With Carolina, they are affected by the vital force that moved her towards her dream of writing, a message that resonated with students the possibility of imagining the improvement of their lives through education.

Keywords: Carolina Maria de Jesus; curriculum; black feminist epistemologies.

Resumen: Este artículo objetiva presentar un análisis de las actividades producidas por un grupo de investigación constituido de profesoras(es) investigadoras(es), estudiantes de licenciatura y de grado, en su mayoría mujeres negras que persiguen la des/re/construcción de los currículos eurocentrados. Son acciones elaboradas a través de tejidos teóricos y de prácticas curriculares insurgentes y decoloniales, irrigadas por las epistemologías feministas negras. El campo empírico se produjo a partir de rondas de charla en las escuelas estatales de Enseñanza Media ubicadas en tres municipios de Bahía cuyo motivador fue el *Proyecto Carolina Va a las Escuelas*. Este proyecto buscó mostrarnos los dilemas de la realidad brasileña basándose en dos obras de Carolina Maria de Jesus: *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2019) y *Diario de Bitita* (2014). Las cartas escritas por las/los estudiantes de los grupos involucrados en el proyecto destacan la complejidad de los dilemas mencionados por Carolina; como a la autora, también les atraviesan el racismo, el machismo y las dificultades financieras. Con Carolina les afecta la fuerza vital que la llevó hacia su sueño de escribir, mensaje que se ha plasmado en los estudiantes, o sea, la posibilidad de imaginar la mejora de sus vidas por medio de la educación.

Palabras clave: Carolina Maria de Jesus; currículo; epistemologías feministas negras.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Exu mulher abrindo os caminhos

O anúncio das narrativas iniciais deste texto com uma orixá guardiã da comunicação – que faz parte das religiosidades como candomblé e umbanda, originárias da África – alinha-se ao pensamento de Alexandre (2021, p. 39), a qual sinaliza que “Exu de Saia remete às representações do poder feminino, das antigas narrativas africanas”. Com essa reafirmação de saberes ontológicos, assim como com as forças das/dos orixás e das forças do universo, é que se constrói e se constitui a postura e as práticas que são conduzidas por um grupo de estudantes e de professoras/es da educação básica e superior.

Na projeção deste texto, semanticamente, pensamos a insurgência enquanto (re)beliões epistemológicas, que se fazem necessárias nos currículos formais, para ampliar e materializar o ensino e os estudos das relações étnico-raciais que

cotidianamente buscam, nos espaços escolares, imergir os corpos-territórios e a cultura da população negra enquanto currículos em movimento, ao compreender que, após o tráfico transatlântico de corpos negros, pelos europeus, houve/há um silenciamento/e ocultação das culturas afro-brasileiras nos espaços escolares, mesmo com a pós-abolição.

O escamoteamento dos estudos afro-brasileiros é interpretado por Carneiro (2005) como epistemicídio e, assim definido, permite-nos tomá-lo para compreender as múltiplas formas em que se expressam as contradições vividas pelos negros com relação à educação e, sobretudo, às desigualdades raciais impostas à população negra, outrora lançada às margens pelo modelo escravista.

A educação antirracista brasileira, sobretudo quando conduzida por intelectuais negras/os, sofreu em função do silenciamento das memórias ou, em muitas vezes, por ser apresentada de forma pejorativa nos espaços escolares/universitários. Sinaliza Carneiro (2005, p. 97) que o “[...] epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural” da/o negra/o como portadora/or de conhecimento no processo educativo. Como ocorrido com a socióloga e psicanalista Virgínia Leone Bicudo, primeira mulher negra não médica a se tornar psicanalista no Brasil, dentre outras/os intelectuais negras/os epistemologicamente silenciadas/os.

Retumbantes contra a ocultação das histórias das mulheres negras se destacaram em oposição às barbáries do escravismo, bem como pela urgência dos estudos do feminismo negro. Tais demandas visavam a entender a formação social do Brasil, as demandas por pautas insurgentes a serem exploradas, tanto nos espaços escolares quanto não escolares de educação e formação, inerentes ao feminismo negro, o que inquietou o Grupo de Pesquisa³ do qual as autoras e o autor do texto fazem parte.

O grupo é pensado para transitar e fortalecer a construção de currículos educacionais desde o ensino, a pesquisa e a extensão, dentre outras pautas, tal como busca combater o racismo e o sexismo, por meio do que Almeida (2016) denomina de “ação política de território dos afetos”.

³ Estamos utilizando a grafia em letras maiúsculas no termo Grupo de Pesquisa como forma de não identificar o nome do Grupo de Pesquisa no qual as autoras e o autor estão inseridos, como uma forma de garantir a lisura do processo de avaliação do artigo.

Para construção dessa tessitura epistemológica, buscamos fios das pesquisas de hooks (2017, 2019), Collins (2017), Gomes (2003, 2007, 2019) e Carneiro (2005), e outras autorias decoloniais e antirracistas. Nossa intenção é trabalhar algumas noções que têm guiado as iniciativas de pesquisa, ensino e extensão no grupo. Temos como prioridade a referência e as produções das intelectuais negras no contexto diaspórico. Nesse texto, a ideia de comunidade de aprendizagem se faz mediante contatos dos corpos negros em duas unidades escolares, momento em que a escrita literária de Carolina Maria de Jesus é apresentada como uma possibilidade de historiar a formação social brasileira, bem como de criar perspectivas de caminhos e de outras formas de currículo, que pelo menos possam ser pistas de imaginar outras trajetórias para as vidas negras que borrem os roteiros este-reotipados elaborados pelas avenidas de opressão racistas, sexistas e capacitistas.

Na primeira parte do texto, em conformidade com nossa escolha teórica em trazer as contribuições das intelectuais negras, associamos a discussão ao cenário da Marcha das Mulheres Negras como uma possibilidade política-epistemológica que oferece outra forma de imaginar a sociedade brasileira e, conseqüentemente, a oferta de encontros que reverberam na construção de espaços e currículos abertos aos encontros de pessoas, das ideias, dos territórios e dos cenários históricos. Na segunda parte, seguimos para apresentação do *Projeto Carolina Vai às Escolas*, um encontro entre pessoas que, inseridas como professoras e estudantes da universidade, deslocam-se e são deslocadas para as unidades escolares com a intenção de inserir e compartilhar com o público da escola as afetações que Carolina Maria de Jesus causou em nós após a leitura de duas das suas obras.

Como parte desse compartilhamento, a terceira parte do artigo é composta com as escritas das/os estudantes de dois municípios onde o projeto foi desenvolvido: Vitória da Conquista e Santa Maria da Vitória. Aprendemos com Carolina Maria de Jesus a sonhar e a nos deslocar das subjetividades estigmatizadas nas quais somos pensadas. Nossas ações de conceber o projeto, reunir diversas pessoas da universidade em diferentes tempos de formação e de cursos são oferendas políticas de lutas por nossas vidas, que inflamam as juventudes negras presentes nas universidades e nas escolas a fabular saídas para além e por dentro do sistema de opressão racista, sexista, capacitista e heteronormativo.

2 MULHERES NEGRAS EM MARCHA: DISPUTANDO REGIMES DE VISIBILIDADE

A Marcha das Mulheres Negras contra o racismo, a violência e pelo bem-viver é expressão da proposta político-estratégica das mulheres negras organizadas em associações não governamentais, jovens e históricas militantes, intelectuais e acadêmicas, mulheres periféricas e ribeirinhas; professoras de todos os níveis de ensino e modalidades educacionais, que, juntas e em marcha, ousadamente, oferecem à sociedade brasileira tecnologias de vida. Para nós, e em consonância com o pensamento de mulheres negras, os textos, as imagens, as cápsulas, os filmes, as músicas, as peças artísticas e as esculturas são artefatos/materiais que registram a autoria das mulheres negras em diferentes campos.

Ao se anunciarem como protagonistas no processo de enfrentamento ao racismo institucional do Estado e das desigualdades que ele produz, a Carta das Mulheres Negras traz a proposição:

De outra forma de ver e intervir no mundo sintetizada nos fundamentos do Bem Viver, oferecemos ao Estado brasileiro nossas experiências historicamente acumuladas como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica política (Instituto Odara, 2015).

Fruto das experiências acumuladas ao longo da atuação política das mulheres negras, o direito à educação é posto como um dos pontos inegociáveis para construção de um novo pacto civilizatório.

Demandar ao Ministério da Educação (MEC) e das Universidades a efetivação e ampliação dos programas e das políticas de assistência voltados para a permanência dos alunos que ingressaram nas universidades por meio do sistema de cotas e de outras políticas de inclusão;

Garantir a efetivação de mecanismo de implantação das diretrizes curriculares sobre a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena previstas no artigo (26.A da LDB, Leis 10.639 e 11.645), com aprimoramento dos currículos formação continuada, bem como elaborar e difundir materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos sobre a temática, direcionados aos profissionais da educação;

Fortalecer políticas públicas voltadas para a redução da evasão escolar, defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnicos e raciais discriminados (Instituto Odara, 2015).

Nosso texto, escrito a seis mãos, tem no campo educacional – aqui pensado entre escola e universidade – a expressão da criação da comunidade de

aprendizado, tendo como proposta difundir para a comunidade escolar o pensamento de/sobre/para mulheres negras. Dessa forma, nós nos juntamos à proposta política das mulheres negras em garantir, por meio de ações de pesquisa e extensionistas, o atendimento às diretrizes curriculares sobre a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena previstas no artigo 26.A, da Lei de Diretrizes e Bases (Leis 10.639 e 11.645), levando-se em conta que:

A produção teórica elaborada por mulheres negras no Brasil e fora dele configura-se, na atualidade, como um locus referencial para se engendrar sobre diversos temas das sociedades mundiais. Em contradição, a visibilidade e as reflexões produzidas a partir desta epistemologia segue *[sic]* em ínfima reinterpretação, notadamente quando nos referimos à América Latina, ao Caribe e ao Continente Africano (Silva, 2018, p. 15).

As provocações de hooks (2017, p. 20), ao anunciar que suas “[...] práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialistas, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras”, fomentam mais fôlego e força para o grupo de pesquisa no qual estão inseridas as autoras e o autor. Grupo, este, constituído para pensar e praticar pedagogias e currículos outros, com identidades individuais e coletivas, além de diferentes grupos étnicos e seus saberes que compõem a pesquisa, o ensino e a extensão.

Com esse tripé e amparados pelo olhar da pesquisadora Santana (2019, p. 37-38),

A proposta é de qualificar profissionais para a pesquisa, docência e extensão em relações étnicas, na sua articulação com as configurações de gênero/sexualidades considerando os diferentes contextos históricos e buscando refletir sobre questões teóricas e práticas do campo interdisciplinar, como fundamento para a produção de conhecimento. Tal perspectiva visa contribuir com o desenvolvimento regional e por extensão, o nacional neste campo do conhecimento.

Não queremos dizer com isso que, ao focar nas mulheres negras brasileiras, deixaremos de considerar as vivências, as experiências e as trajetórias nos contextos diaspóricos e transnacionais. Por isso, estaremos abertas/os à recepção das pesquisas e interesses na produção de materiais direcionados a oficinas, escolas, organizações não governamentais e outras afins.

Orienta Collins (2017) que as mulheres negras não permaneçam em silêncio, o que impulsiona o feminismo negro a entrar em conflito com códigos de silêncio.

Com isso, o grupo prima por preservar as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, por serem princípios indissociáveis na produção de conhecimento no âmbito universitário.

Na dimensão do ensino, a condução para formação de novos e novas pesquisadores/as nas diferentes áreas de saber se faz por meio de oferecimento de cursos em forma de especialização, minicursos, oficinas pedagógicas e outros afins. A dimensão extensora se materializa com o projeto de extensão *Carolina Vai às Escolas*, que trabalha a vida e a obra da escritora e autora Carolina Maria de Jesus, desenvolvido em algumas escolas e turmas do ensino médio, localizadas nas cidades de Jequié, Vitória da Conquista e Santa Maria da Vitória, todas na Bahia.

Santana (2016) reforça que “precisamos de mais escritoras no Brasil, e especialmente de mulheres e homens negros publicando literatura”. Diante desse propósito, as abstrações e a construção de conhecimentos no Grupo de Pesquisa partem dos processos de observação, de relatos de experiências e de subjetivações contidos nas práticas pedagógicas e vivenciadas nos locais que cada integrante traz para as rodas de conversa. Assim, tecemos uma rede com a universidade, as escolas e a comunidade. Por meio das atividades coletivas, os ensinamentos e os conhecimentos, até então adormecidos nas memórias, são oxigenados, irrigados e enraizados no processo de formação, solidificação, ou re/construção das subjetividades e das relações uns com as/os outra/os. Para compor e reorganizar os currículos escolares, o grupo internaliza os pensamentos, os sentimentos e as percepções enquanto coletivo afro-diaspóricos, nos diálogos com as amefricanidades nas interpretações de Lélia Gonzalez (2020), que nos convida a desconstruir, nos espaços escolares, estereótipos sobre a formação da identidade nacional brasileira, construídos e formatados nas sombras e nas pinturas dos currículos eurocêntricos e do patriarcado.

Diante do cenário de um currículo formal, Passos e Pinheiro (2021) sinalizam que “[...] ora ocultada, ora desqualificada, o epistemicídio atribuí [sic] à cosmovisão afro-brasileira uma representação desempossada de razão, o que se estende as/os sujeitas/os pertencentes a esse grupo étnico-racial”. Esse é um dos preços que pagamos pelos séculos de escravismos, tal como pela formação de um Estado latifundiário, autoritário e excludente, e

Lidas com as lentes educacionais, a desqualificação epistêmica e a negação ontológica se convertem no ocultamento dos conhecimentos afro-brasileiros

em nossos currículos e na evasão expressiva de educandas/os negras/os, tendo em vista que muitas vezes os racismos vividos, ao posicioná-los como Não-Ser, inviabilizam a permanência destas/es nos espaços educacionais (Passos; Pinheiro, 2021, p. 7).

Nesse sentido, a aproximação dos pares educacionais, aliados aos debates e às rodas de conversa promovidos no Grupo de Pesquisa, possibilitou às/aos professoras/es e estudantes uma percepção de sinais físicos e emocionais dos/as estudantes que em alguns casos promovem reações comportamentais adversas ao/no coletivo escolar ou não escolar, por não se sentirem acolhidos/as integralmente.

Moreira, Evangelista e Santos (2019) reforçam que, ao considerar as influências presentes nos processos de produção curricular, colocamo-nos diante de uma nova visão sobre os/as diferentes sujeitos/as que atuam nessa produção e as diversas demandas que são formuladas e disputadas nas diferentes arenas de luta.

Diante disso, às vezes alguns/mas professores/as tentam dissociar a mente e o corpo do/a estudante na sala de aula, em função das pertencas étnicas que discentes carregam consigo, em seus dispositivos de memórias ancestrais que compõem os currículos vivos na escola.

Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da auto-estima e impede a construção de uma escola democrática. É também tarefa do educador e da educadora entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelos movimentos negros e pela comunidade negra. A discussão sobre a cultura negra poderá nos ajudar nessa tarefa (Gomes, 2003, p. 77).

Tanto na formação pessoal quanto profissional das/os estudantes, não deve haver separação entre a mente e o corpo, sendo essa junção fundamental para compreender as peculiaridades inerentes ao desenvolvimento dos discentes além dos muros da escola, para que não haja segregação entre os corpos, suas territorialidades e memórias.

Assim, para que as demandas epistemológicas do grupo sejam atendidas, busca-se suporte nos cursos de extensão, nas participações em eventos e palestras, nas publicações coletivas e na arte. Por si, tais ações contribuem com o resgate

cultural, a valorização das memórias ancestrais e construção da identidade das pessoas, além de estar imbuída como subversão aos currículos eurocêntricos e seus modos de enxergar e apresentar a população afro-brasileira e o feminismo negro.

Em função do entendimento dos estudos decoloniais, concretiza-se a necessidade constante de aproximar a comunidade escolar dos debates acadêmicos, regionais e locais enquanto demandas emergentes para mudanças epistemológicas dentro da sala de aula. Isso possibilita construir mais um modelo de combate ao pensamento europeu, presente em muitos currículos. Assim,

Ao aplicar essas teorias e pesquisa como forma de intervenção/ promoção social, no CETEP da Bacia do Rio Corrente retribuo as colaborações feitas pela comunidade escolar e espaços de pesquisa e incentivo as melhorias de práticas educativas que contemplem o currículo pós-crítico para as relações étnico raciais, feminismos, numa escola ofertante de ensino técnico de nível médio, que compõe a Educação Profissional (Santos; Moreira, 2022, p. 5).

Nós, negros e negras, cotidianamente somos desafiados e vigiados pela branquitude, mas, em nossas lentes, com as forças das nossas ancestralidades e as premissas educacionais descolonizadoras, inspiradas/os em hooks (2019), reforçamos que

Ao olhar corajosamente, declaramos em desafio: “Eu não só vou olhar. Eu quero que meu olhar mude a realidade”. Mesmo nas piores circunstâncias de dominação, a habilidade de manipular o olhar de alguém diante das estruturas de poder que o contêm abre a possibilidade de agência.

No Grupo de Pesquisa, para além da pesquisa e estudos, aprendemos e compreendemos sobre o que é caminhar enquanto coletivo, quebrando barreiras, produzindo conhecimento e criando estratégias em salas de aula para que tanto estudantes quanto professores/as tenham condições de combater as formas hegemônicas de controle e dominação que os currículos eurocentrados, aliados ao machismo, insistem em conservar nos espaços escolares. Desse modo, corroboramos as advertências de Trindade (1994, p. 49), que alerta: “[...] não podemos mais definir, por exemplo, o racismo valendo-nos somente da oposição branco x negro”.

É preciso o entendimento e a aceitação de que, nos espaços educacionais formais ou não formais, há pessoas com ideologias, identidades e sentimentos irrigados em corpos aceitos ou não pela sua ação natural, que encontra nessas

discussões forças para seguir em frente e “viver tudo que há para viver”. Isso porque o projeto de colonialidade do saber e do ser foi instalado, negando ou limitando os estudos das etnografias históricas da população negra e sua importância na construção do Brasil, que foi contraditoriamente impressa na memória de uma parte da humanidade por meio dos livros didáticos.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2022, p. 151) refletem que “[...] a construção do ensino e aprendizagem deve ser construído *[sic]* a partir das experiências e saberes que os sujeitos carregam no lócus das suas vivências e ancestralidades”. Tais conhecimentos, por meio das oralidades, transpõem gerações e mantêm vivas as histórias e os seus ensinamentos.

Há, nos grupos de estudo e pesquisa, um cruzamento de saberes, denominado por Rufino (2019) de Pedagogia das Encruzilhadas. Nesse sentido, os diálogos com Santana (2019, p. 40) apontam que “[...] a articulação entre ensino-pesquisa-extensão dar-se-á pela indissociabilidade entre conhecimento científico e demandas sociais”.

Dessa forma, os grupos de pesquisa primam por sintonizar os debates na construção de novos olhares, que reverberam e ecoam vozes nos espaços escolares perante os/as integrantes dos grupos. É por intermédio de novas propostas pedagógicas e novos olhares que se dilui um pouco dos currículos formais, estes que, implicitamente, em alguns casos, são moradas dos currículos branqueados.

3 VIDA E OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS NO SUDOESTE BAIANO: UMA ARTICULAÇÃO UNIVERSIDADE-ESCOLA

Um dos legados do pensamento feminista negro contemporâneo, no âmbito acadêmico e também perceptível nos movimentos sociais, é o reconhecimento e resgate de produções literárias, teóricas, artísticas, entre outras elaborações de mulheres negras. Conhecimentos que historicamente são marginalizados nos percursos de educação formal, como acontece em muitos espaços escolares e universitários, conforme abordado na introdução deste texto.

Ainda assim, é sabido também que as movimentações curriculares acontecem extrapolando o prescrito, o previsto, o que está posto por Gomes e Moreira (2023). O projeto de extensão *Carolina Vai às Escolas* é uma dessas iniciativas que emergem no bojo das rasuras curriculares feministas negras, situadas no campo educacional. Portanto, é um projeto que perante a vida e obra da escritora

Carolina Maria de Jesus congregou docentes e discentes da graduação, estudantes de pós-graduação, professores e estudantes da Educação Básica de três cidades localizadas no estado da Bahia, a saber: Jequié, Santa Maria da Vitória e Vitória da Conquista.

Após dois anos de encontros remotos, apesar dos laços e das compreensões afetivas e teórico-práticas que culminaram dessas rodas de conversa e das leituras realizadas pelo grupo ao longo do período pandêmico, era chegada a hora de pensarmos um projeto que nos orientasse enquanto coletivo. Assim, buscamos uma forma de extrapolar um tanto mais o espaço criado como grupo de pesquisa e que corroborasse perspectivas curriculares notáveis nos escritos e pesquisas de/sobre/para mulheres negras, nas construções mais horizontais entre universidade e escola; entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, fomentamos o incentivo à autoria de estudantes em seus processos formativos, entre outras movimentações curriculares em curso e protagonizadas por mulheres negras (Oliveira; Meinerz, 2019; Miranda; Moreira, 2019).

Primeiramente, era preciso reconhecer que a vivência e a literatura de Carolina de Jesus não eram igualmente conhecidas por todas as partes que integravam o grupo de pesquisa, assim, precisávamos criar um ponto de partida comum por meio dos estudos, das trocas de referências, das discussões e das tomadas de decisão sobre o que e como abordaríamos o que Carolina escreveu, compôs, cantou, viveu. Para isso, abordamos não apenas os feitos da escritora, mas, também, com o que coloca Conceição Evaristo sobre o atual contexto das produções literárias, no alargamento de humanidades:

É um momento em que determinados grupos, as coletividades excluídas por questão de gênero, de raça ou de sexualidade, estão se apossando da escrita, ela não pode ser mais de pertença de determinadas categorias sociais. São grupos que estão querendo contar as suas histórias a partir de suas próprias subjetividades, e toda vez que se apossam de alguns bens que sempre foram impedido de acessar causam um mal-estar em quem sempre teve esses privilégios. E por isso a discussão se existiria uma escrita de mulher, de negros, uma escrita homoafetiva. E existe sim, a partir dessas subjetividades. As pessoas estão se apropriando do direito de escrever (Evaristo, 2018).

Não por acaso, uma das palavras-chave do projeto foi *escrevivência* (Evaristo, 2020). O propósito com isso é possibilitar e estimular a escrita desses corpos discentes perante suas vivências individuais e coletivas, tal como percebemos na

obra de Carolina, o que da mesma forma é parte importante da intencionalidade pedagógica da extensão universitária em questão. Após os processos de aprovação do projeto pela universidade, da criação de uma base comum no grupo de pesquisa acerca de Carolina e da articulação com professoras e professores dos espaços que atuamos, a saber o Instituto Federal da Bahia (IFBA) em Vitória da Conquista, o Colégio Estadual Luiz Navarro Brito em Jequié e o Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Corrente (CETEP), em Santa Maria da Vitória, iniciamos a atuação em sala de aula.

A ida para as escolas nos mostrava de antemão os primeiros desafios, um deles era o tempo. Um tempo insuficiente de aula para conversar sobre questões tão complexas como as que Carolina Maria de Jesus aborda. Um tempo reduzido e cedido pela professora ou pelo professor, que no caso das Ciências Humanas já vêm perdendo espaço com o novo ensino médio. Um tempo curto para debater com acolhimento, garantindo participação estudantil, e não apenas nossa exposição sobre o que compreendemos acerca da escritora. O desejo de, se possível, entrelaçar trechos do *Quarto de Despejo* (Jesus, 2014a) ou do *Diário de Bitita* (Jesus, 2014b) com as aulas de outras disciplinas, para diluir nossa participação pontual no contexto escolar. Tudo isso quando no primeiro encontro, não sem surpresa, vimos que a esmagadora maioria das três turmas não conhecia Carolina. Dos que conheciam, já tinham ouvido falar, mas nunca lido.

Essas percepções iniciais, compartilhadas nos encontros contínuos de avaliação do projeto, na partilha de como foi a última aula, sobre a recepção das turmas, foram compondo os passos seguintes e nos desafiando a criar o que a norte-americana bell hooks (2017) elaborou enquanto comunidade pedagógica ou comunidade de aprendizado.

4 O QUE APRENDEMOS COM CAROLINA

Nessa parte do texto, trazemos alguns dos relatos das/os estudantes após a realização dos encontros em duas das três escolas envolvidas no *Projeto Carolina Vai às Escolas*. As escolas estão situadas em municípios diferentes: Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Corrente (CETEP), em Santa Maria da Vitória, que teve a participação de 17 dezessete estudantes da turma de 2º ano do curso Técnico em Administração, assim como do Instituto Federal da Bahia (IFBA), em Vitória da Conquista.

A escolha dessas duas unidades de ensino se deu em razão da inserção de alguns dos membros do Grupo de Pesquisa nessas escolas, por aderência da unidade quando procuradas para participar do projeto e por uma demanda das escolas, que solicitam contato com a universidade. As atividades foram desenvolvidas ao longo do ano de 2022, cuja ida às escolas exigiu uma preparação que consistiu na seleção do material sobre Carolina Maria de Jesus, tais como: livros, filmes, documentários, peças teatrais e telas produzidas a respeito da escritora.

Após esse primeiro momento, fomos às escolas escolhidas para apresentar a proposta e iniciar a discussão da temática com os alunos. Desde o início, elas e eles foram informadas/os que produziram um diário para as gerações futuras, tendo Carolina como inspiração “[...] que escrevia em primeira pessoa, visibilizando intensamente as marcas da condição racista dentro do sistema literário brasileiro” (Miranda, 2019, p. 161).

Os objetivos do projeto foram analisar, discutir e produzir materiais considerando os escritos de Carolina Maria de Jesus, bem como fomentar discussões e debates a respeito do impacto social dos textos de Carolina no Brasil, além de discutir temas como classe social, raça e gênero. No primeiro momento, o que nos mobilizou foi a difusão da escrita de mulheres negras e a escolha dos livros *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* e *Diário de Bitita* para atender à demanda do público jovem, já que as turmas envolvidas no projeto eram do ensino médio. Com isso, pensamos em mobilizar reflexões e ampliar o repertório das/os estudantes sobre as desigualdades na sociedade brasileira.

Apesar de a obra *Quarto de Despejo* ser o livro mais conhecido de Carolina Maria de Jesus, os/as estudantes das escolas parceiras do nosso projeto não o conheciam. Esse cenário é comum para a carreira de mulheres negras escritoras que sofrem com as práticas de controle do mercado editorial por ainda serem menos divulgadas. No caso de Carolina, agravou-se o fato de ser enquadrada como uma autora “[...] monotemática que só fala sobre mazelas da população negra, o que não corresponde à diversidade de gêneros e conteúdos que a escritora produziu” (Felisberto, 2018, p. 38).

No entanto, apesar dessa crítica da Felisberto (2018), assumimos o risco de possibilitar a aproximação das/os estudantes a Carolina por meio das escolhas das duas obras ora mencionadas, por considerar a atualidade, a pertinência e,

em certa medida, por corresponder à realidade de vida das/os estudantes que é atravessada pelo racismo, pela violência e pelas dificuldades econômicas.

As escolas que aportaram o projeto ficam localizadas na parte periférica dos municípios de Santa Maria da Vitória e Vitória da Conquista, a maioria das/os estudantes é composta de jovens pretos e pardos. Esse pode ser um dos motivos que mais apareceu nos relatos dessas/es jovens.

Querida Carolina!

Que bela forma de escrever seu cotidiano, os pesadelos que ainda são tão frequentes a fome, a falta de moradia confortável, o direito à saúde que lhe foi tirada, o racismo. Nos seus escritos vemos como muitas vezes via tudo isso como comum, normal, mas muitas vezes também se permitia revoltar-se, e com razão. É triste como umas pessoas possuem tanto e outras com tão pouco. É triste saber como tantas pessoas ainda não sabem o que irá comer. Mas é feliz saber que a educação e a sabedoria vai além de todas as dificuldades. Que a arte possa vencer todas as barreiras e medos que nos atormentam (Estudante do 1º ano do Ensino Médio/IFBA).

A importância em estudar a história de Carolina Maria de Jesus, ela me mostrou a ver o mundo com outros olhos, pois me fez dar valor na vida, por mais difícil que ela pareça ser para mim. Eu me vi em uma posição egoísta por achar que tudo em minha volta está ruim, então o impacto que causou em minha vida foi que devo dar valor em minha vida por mais difícil que pareça ser (Estudante 2º ano CETEP da Bacia do Rio Corrente).

Os deslocamentos cotidianos de estudantes que frequentemente viam dificuldades em caminhar de um bairro até escola passaram a ser vistos com outras lentes, conforme relatado na roda de conversa em sala de aula:

[...] quem tem dificuldades são os pais e as mães para manterem as/os filhas/os na escola, além de buscarem trabalho para sustentar a casa, e muitas vezes essas/es não tiveram oportunidade de estudar e por isso correm cedo para a escola no início do ano, para garantir a matrícula das/os filhas/os.

Para eles, isso que é dificuldade.

Sua história nos dar a importância de viver sem reclamar e de como devemos aproveitar as oportunidades que a vida nos traga. Com todo este relato me inspiro a dizer que o Brasil e o mundo deveriam ter igualdade a todos e que de fato as leis funcionassem, contra o preconceito, racismo, assédio e o machismo. Onde moro existe uma comunidade, onde é chamado de setor, muitas pessoas tem um certo modo de preconceito em relação às pessoas que ali moram, já ouvi muitos falarem, “as neguinhas da morada do sol” por

vim do setor, julgando muito sem saber nada. Onde ali existe muitos trabalhadores, que moram lá, alguns deles por falta de opção, pessoas carentes sem nenhum tipo de estrutura (Estudante 2º ano Técnico em Administração – CETEP da Bacia do Rio Corrente).

Esse relato que sai em defesa das pessoas trabalhadoras/es moradoras/es das comunidades, lançadas/os à margem da população e sufocadas/os e angustiadas/os em busca do sustento familiar, reiteradamente, por falta de escolha, representa como esses indivíduos são forçadas/os a aceitar precárias condições de trabalho em regime de mais-valia.

O sistema capitalista impregna a xenofobia nos grandes centros urbanos e comerciais, nas escolas etc.; dessa forma, são negados os espaços de trabalho, a cultura e o lazer às pessoas que moram nas comunidades. Esse é o mesmo capitalismo que fora narrado por Carolina “[...] ao denunciar a condição profunda da colonialidade brasileira ao mostrar a desigualdade (racial, de gênero e de classe) no epicentro do espaço moderno” (Miranda 2019, p. 163). Outro relato destaca:

Querido diário é nítido a desigualdade social em nosso país. Observando o contexto social em que vivemos, vejo uma parte da sociedade com alto poder econômico, enquanto a maioria dos cidadãos precisam sobreviver de tão pouco. Quando estou a caminho da escola, vejo crianças sentadas nas calçadas dos mercados pedindo alimentos. Esta triste realidade entristece meus olhos. Como pode um sistema ser tão injusto? Acredito que é possível diminuir as desigualdades sociais através de políticas públicas que promovam uma melhor distribuição de renda. Caríssimo diário quero finalizar meus pensamentos parafraseando o cantor Renato Russo: Que país é esse? (Estudante 1º ano/IFBA).

Os relatos/diários dos estudantes evidenciaram que eles/elas reconheceram e compreenderam que a desigualdade social era um tema presente na vida e obra de Carolina. A forma com que Carolina narra as agruras do seu cotidiano despertou uma identificação com a realidade das/os estudantes; não necessariamente porque compartilham a experiência favelada, mas por estarem situadas no mesmo plano de humanidade que a autora. A pobreza não é igual para todos os pobres e nem para as periferias. O acesso a Carolina por suas obras mais realistas foi uma possibilidade pensada pelo Grupo para acessarmos as pessoas envolvidas no Projeto de forma sensível, expondo nas conversas e na escrita suas formas de narrar suas próprias vidas. Mais um relato salienta que

A ideia passada por Carolina Maria é que devemos sempre sermos perseverantes naquilo que queremos, ela sempre desejou ter uma vida melhor e poder oferecer aos seus três filhos tudo que ela não desfrutou e conseguiu com muita garra. A história da autora tem um grande impacto em nossa vida no individual são as inúmeros obstáculos que todos nós enfrentamos em nossa dia a dia para a divulgação da história de forma nacional e internacional nos faz refletir sobre as dificuldades que todos passamos e com tudo que foi relatado ainda tiramos grande lições de vida como a perseverança, a determinação e a força de vontade, nos fazem refletir sobre o que pudéssemos ter, alcançando os nossos objetivos e partir escrever a nossa história (Estudante 2º ano Técnico em Administração – CETEP da Bacia do Rio Corrente).

Esse relato reforça sobre o ato de projetar a vida no amanhã. Estudantes de escola pública no ensino médio, muitas vezes, sentem-se tímidos/as, com vergonha ou medo de tentarem buscar nos processos seletivos de inserção ao ensino superior os cursos de direito, medicina ou engenharia, por exemplo. Eles e elas ainda estão sintonizados com uma destinação social que as/os direcionam ao mercado de trabalho, para completar a renda familiar. No entanto, Carolina os/as ensina a sonhar, pois, ao unir a fome com o desejo de escrever, ela projetou uma nova vida para si, por meio da sua escritura, de sua marca periférica no interior do centro/cânone literário. Os estudantes ainda destacam:

O que me incomoda é a forma com que as pessoas são tratadas com diferenças por sua cor, opção sexual, e como as pessoas acham que tenha que existir “um padrão”. Acredito que hoje em dia, vendo tantos casos de homofobia, racismo, Carolina ficaria triste e revoltada assim como eu, vendo que mesmo depois de tanto tempo isso continua acontecendo. Isso tudo só irá mudar quando cada um começar a ter respeito pelo outro (Estudante do 1º ano do ensino médio/IFBA).

A sua história nos traz um impacto muito grande de uma realidade que muitas pessoas passam, realidade essa que eu não vivenciei, mas me coloco no lugar, assim sentindo suas dores e preocupações. O que eu imagino num Brasil futuro é um país sem sexismo onde não haja a discriminação de gênero, a homofobia e tantos outros preconceitos que a sociedade vem nutrindo (Estudante do 2º ano/CETEP da Bacia do Rio Corrente).

A vida de Carolina Maria de Jesus não foi fácil, assim como a de muitas Joanas, Marias, Anas etc. não é. O modelo patriarcal impregnado pelos moldes capitalistas se apropria da força de trabalho das mães e dos pais dessas/es jovens,

que passam o dia inteiro na escola, com pouco acompanhamento educacional dentro de casa. Todavia, ainda assim, as estudantes refletem que não se pode parar, é necessário ocupar nossos espaços, ser o que queremos ser. Assim, é preciso lutar contra todo tipo de silenciamento e ocultação dos corpos de mulheres negras nos espaços de poder, seja nas esferas privadas, seja nas esferas públicas. Em relação a essa última, não podemos fechar os olhos para o fato de, por exemplo, uma mulher negra nem sequer ter sido indicada para ocupar a cadeira de outra mulher no Supremo Tribunal Federal.

Trazemos os relatos das/os estudantes com a intenção de demonstrar os efeitos produzidos pelo *Projeto Carolina Vai às Escolas*. Criamos meios para apresentar a autora, a escritora, a escrita de mulher negra que se assemelha a nossa condição ontológica estigmatizada. Aqui também, sem sabermos o que nos esperaria no encontro com as escolas (apesar da existência do planejamento devido às exigências institucionais), apostamos em nossa força de partilharmos em conjunto com as estudantes e professoras/es a experiência de fazer currículo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos das obras literárias de intelectuais negras têm tirado o injusto sossego da hegemonia brancocêntrica que, por muito tempo, buscou silenciar as vozes e denúncias propostas pelas autoras negras, sejam elas feministas ou não. Com a Lei Federal 10.639 (Brasil, 2003), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática História e cultura Afro-Brasileira e Africana, houve um fortalecimento do percurso de ensino e de aprendizagem na esteira das relações étnico-raciais, assim como reforçado o campo dos currículos escolares e as temáticas antirracistas.

Este trabalho debate e alerta sobre a importância da tessitura de uma comunidade de aprendizagem por intermédio do projeto de extensão, em que componentes do Grupo de Pesquisa – situados na região Sudoeste da Bahia e na Região Oeste da Bahia, dois extremos em distância geográfica – tiveram em comum levar a voz de Carolina Maria de Jesus e/ou proporcionar às/aos estudantes negras/os do ensino médio, das instituições que acolheram o projeto, potencializar suas vozes insurgentes.

Diante desse entendimento, ponderamos que há a necessidade de inserir projetos e práticas pedagógicas mediante a elaboração do Projeto Político

Pedagógico (PPP) das escolas, sobretudo que estejam em práticas constantes e legítimas no processo de ensino e aprendizagem, não apenas trabalhadas de forma facultativa, ou seja, que meramente mencionem sobre intelectuais negras/os em episódios isolados.

Assim, é instigante a proposta do *Projeto Carolina Vai às Escolas*, visto que ele promoveu um cenário de criticidade, reflexão e afetação aos estudantes e professoras/es participantes, cuja proposta teórica da roda de conversa e manuscritos sobre o Brasil de amanhã, na ótica das/os estudantes, possibilitaram ampliar as dimensões dos currículos experienciados objetivando a diluição das bases hegemônicas e eurocentradas em que as escolas foram assentadas. Além disso, alertar a comunidade escolar dos impactos que as obras e as vivências produzem na vida das/os estudantes que, muitas vezes, chegam à universidade sem saber da existência de algumas teóricas, tampouco sobre literaturas escritas por intelectuais negras.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Claudia Regina. *Exu Feminino e o matriarcado nagô: indagações sobre o princípio feminino de Exu na tradição dos candomblés yoruba-nagô e a emancipação das “Exu de Saia”*. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Religião)- Programa Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2021.

ALMEIDA, Mariléa de. Territórios dos afetos: O cuidado nas práticas femininas quilombolas contemporâneas do Rio de Janeiro. *Revista Transversos*, Maracanã, n. 8, p. 218-34, 2016.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 11.645*, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15/01/2024.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 9 jan. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 51, 2017.

OLIVEIRA, Fernanda; MEINERZ, Carla Beatriz. Raça e Gênero na Perspectiva dos Pensamentos de Mulheres Negras. *Currículo Sem Fronteiras*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 418-30, 2019.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escrivivência: a escrita de nós*. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações: Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. A insubmissa voz de Conceição. [Entrevista cedida a] Taís Ilhéu. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-insubmissa-voz-de-conceicao/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FELISBERTO, Fernanda. Carolina Maria de Jesus: #mulheresnegrasescritoras. In: SILVA, Joselina da (Org.). *O pensamento de/por mulheres negras*. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petropolis: Editora Vozes Limitada, 2019.

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília : Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf> . Acesso em: 20 set. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 75-85, 2003.

GOMES, Talita de Lima; MOREIRA, Núbia Regina. Currículo e feminismo negro: uma conversa inicial. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. *Anais [...]*. Manaus: ANPED, 2023. Disponível em: https://base.pro.br/sites/41anped/docs/13410-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf Acesso em: 10 jan. 2024.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO ODARA. Carta marcha das mulheres negras. *Boletim Odara*, Salvador, nov. 2015.

JESUS, Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014a.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP editora, 2014b.

MIRANDA, Claudia; MOREIRA, Núbia Regina. Apresentação: Dossiê Temático: saberes docentes de intelectuais negras: mediações outras frente ao ethos acadêmico. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 15, n. 32, abr./jun. 2019.

MIRANDA, Fernanda. *Silêncios prescritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MOREIRA, Núbia Regina; EVANGELISTA, Nadila Jardim; SANTOS, João Paulo Lopes dos. A experiência feminina negra e suas interrogações à política e prática curriculares. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 15, n. 32, p. 115-31, 2019.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018- 2020). *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 118-35, 2021. Doi: <https://doi.org/10.9771/cgd.v7i1.43442>

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.

SANTANA, Bianca. *Quando me descobri negra*. São Paulo: Editora SESI-Serviço Social da Indústria, 2016.

SANTANA, Marise de. Relações Étnicas: desafios para o Ensino, Pesquisa e Extensão no Campo Interdisciplinar. *ODEERE*, Jequié, v. 4, n. 8, p. 35-49, 2019.

SANTOS, Cleber Lúcio Sousa; MOREIRA, Núbia Regina. E eu que nem era professor: narrativas de um bacharel docente. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 8.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 4.; LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 4., 2022, Campina Grande. *Anais [...]*. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/87520>. Acesso em: 3 dez. 2022.

SANTOS, Cleber Lúcio Sousa; SILVA, Poliana Reijane Souza; SORTE, Vandelúcia Ferreira da

Silva Boa; CONCEIÇÃO, Silvano da. Memória (s), identidade (s) e currículo: concepções para o não ser, de sujeitos/as que são. In: SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA, 17., 2022, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 147-55. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/sepab/article/viewFile/10259/10079>. Acesso em 30 nov. 2022.

SILVA, Joselina da (Org.). *O pensamento de/por mulheres negras*. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

TRINDADE, Azoilda. *O racismo no cotidiano escolar*. 1994. 249f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8948/000304120.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Sobre os autores:

Cleber Lúcio Sousa Santos: homem negro do Quilombo Urbano do Largo da Vitória, da cidade de Riacho de Santana, BA. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia (PPGELS-UNEB). Pós-Graduado Lato Sensu em Docência para Educação Profissional pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Pós-Graduado em Docência Universitária pela Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação (FACITE). Bacharel em Administração pela Fundação Visconde de Cairu (FAVIC). Professor do Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) da Bacia do Rio Corrente. Participa do grupo de pesquisa Oju Obinrin Observatório de Mulheres Negras (UESB-CNPq). **E-mail:** clebersouza.adm@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1698-9971>

Núbia Regina Moreira: Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPED-UERJ), como bolsista PNPd-CAPES. Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd-UESB). Programa de Pós-Graduação em Relações-Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC-UESB) e do Programa da Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia (PPGELS-UNEB). Líder do Grupo de Pesquisa Oju Obinrin

Observatório de Mulheres Negras (UESB), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práticas Curriculares e Educativas (GEPPCE- UESB) e do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD-UnB). **E-mail:** nubia.moreira@uesb.edu.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6171-6756>

Talita Gomes: Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGed-UESB), onde integra o Grupo de Pesquisa Oju Obinrin Observatório de Mulheres Negras. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atuou na área de Educação do Instituto Moreira Salles e na Rede Emancipa de Educação Popular. Trabalha com pesquisa em saúde, educação e juventudes pela Cooperação Social da Fiocruz (RJ) e é professora substituta de Educação Infantil no Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp-UFRJ). **E-mail:** gomesltalita@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0007-9627-8232>

Recebido em: 15/01/2024

Aprovado em: 07/02/2024